



ID: 35036366

15-04-2011

Nem todos os juízes devem ter formação jurídica

Antigo bastonário da Ordem dos Advogados considera que reforma da justiça quase não custa dinheiro

Patrícia Isabel Silva

■ José Miguel Júdice defende que o concurso para juízes deveria ser aberto a candidatos não juízes, para a criação de um corpo de magistrados especializados, mas que não tenham especificamente formação jurídica. Em jeito de provocação, o ex-bastonário da Ordem dos Advogados considera que «um dia que o sistema judicial tiver pessoas com outra formação» ganha a justiça e o país.

António Martins, juiz desembargador, não vai tão longe, mas sempre admite que a formação do Centro de Estudos Judiciários «deve ser alterada» e estar atenta à especificidade de cada tribunal, seja cível, administrativo, judicial ou de família.

António Martins e José Miguel Júdice foram os convidados do Ciclo de Conferências de Estratégia, subordinado ao tema «Justiça e economia – que prioridades para o desenvolvimento económico?». Num debate moderado pelo jornalista Anselmo Crespo, o ex-bastonário deixou



ANTÓNIO MARTINS e José Miguel Júdice participaram no debate na FEUC

algumas propostas que poderiam tirar o sistema judicial português da «total entropia» (em falência) em que se encontra, sem que o país tivesse de gastar dinheiro.

«A reforma da justiça é muito barata. Se houver vontade política e mobilização dos profissionais, é muito fácil de aplicar», realçou, certo que a justiça é um

sector «que pode alocar a alavanca» para reformas com «várias consequências», nomeadamente na economia.

A remuneração por objectivos a magistrados judiciais ou a possibilidade de acordos entre arguidos e Ministério Público, são algumas das suas sugestões. Defende também os tribunais judiciais especializados, um código processual

específico para litígios com empresas e um sistema de custas judiciais para estes casos.

Na opinião de José Miguel Júdice, «90% dos litígios laborais» seriam evitados com a aplicação no processo de despedimentos de uma figura equivalente à providência cautelar. Na vasta lista que apresentou à assistência na Faculdade de Economia da Uni-

versidade de Coimbra, sugeriu medidas coercivas de dívidas que permita a penhora automática de activos, a reforma dos tribunais administrativos e mudanças nas acções de despejo.

«Não tenho a mais pequena esperança que o programa tenha qualquer sucesso», confessou, no entanto, reforçou: «esta reforma não custa dinheiro nenhum».

António Martins recorreu a um estudo com alguns anos de Célia Cabral que revelava que, se a justiça fosse mais eficaz, o Produto Interno Bruto podia crescer 11%. Então, questionou, «porque é que os políticos não colocam a justiça como prioridade?».

Realçando que não aceita «bodes expiatórios para um mau funcionamento da economia», o presidente da Associação Sindical de Juizes Portugueses defende que o sistema de justiça «precisa de menos e melhores leis». Na opinião de António Martins, um dos «maiores problemas das sociedades contemporâneas é estarmos a aprovar cada vez mais leis, sem conseguirmos que as leis existentes se apliquem». I

FIGUEIREDO